

## VISIBILIDADE E INVISIBILIDADE DE SEXUALIDADES NÃO NORMATIVAS NA ESCOLA: UM ESTUDO ENTRE PROFESSORES

**ELIANA PETER BRAZ<sup>1</sup>; JARBAS DOS SANTOS VIEIRA<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [braz.eliana@gmail.com](mailto:braz.eliana@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de pelotas – [jarbas.vieira@gmail.com](mailto:jarbas.vieira@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, trato questões relativas à percepção de professores não heterossexuais acerca da visibilidade de sua condição não heterossexual no ambiente escolar. Chamo-os de *não heterossexuais* na procura de não estabelecer categorias fixas de sexualidades para nomeá-los, uma vez que eles próprios, no ambiente escolar, não fazem afirmação verbal de se enquadrarem em determinada identidade sexual: não se autodenominam homossexuais ou gays nem heterossexuais nem bissexuais. Chamá-los de não heterossexuais não deixa de ser uma categorização (não é tão simples fugir delas!), utilizo essa expressão para marcar que o que busco são as percepções de pessoas que não se conformaram às normas tradicionais de identificação entre corpo, sexo e desejo.

A discussão dos conceitos de heteronormatividade, heterorracionalidade, performatividade e resistência - a partir das concepções de Michel Foucault, Guacira Louro, Judith Butler, entre outros autores - contribuem para a análise do cotidiano escolar e para o questionamento de alguns aspectos comuns à instituição escolar em relação às sexualidades não normativas, com o objetivo de observar as negociações que os professores não heterossexuais fazem com a heteronormatividade a fim de viabilizarem sua atuação profissional.

### 2. MATERIAL E MÉTODOS

O primeiro procedimento realizado para esta pesquisa foi uma busca no Banco de Dissertações e Teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) sobre as pesquisas acadêmicas a respeito das sexualidades não normativas no ambiente escolar, tendo como marco temporal a criação do Grupo de Trabalho Gênero, Sexualidade e Educação (GT-23), da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), em 2004, em virtude da evidente ampliação de pesquisas feitas sobre o tema na área da Educação.

A motivação para realizar este trabalho surgiu do convívio com alguns amigos que em vários contextos sociais – família, outros empregos que não a escola etc. – assumiam uma identidade gay, mas, na escola, procuravam manter uma postura absolutamente discreta quanto a sua sexualidade. Minha questão primeira era *por que negar o que é evidente?* Se em sua gestualidade, seu comportamento, seus corpos muitas vezes estão evidentes as marcas de uma sexualidade não normativa, por que não verbalizar, não *assumir* que são gays?

Nossas discussões a respeito dessas questões levaram-me a compreender que o que propunha era uma espécie de confronto aberto com a norma e que essas colegas tinham outras táticas para lidar com a heteronormatividade. Passei, então, a me interessar não tanto pelo *porquê*, mas pelo *como*. Como essas colegas viabilizam sua atuação profissional e convivência social nesse ambiente marcadamente heteronormativo? Que táticas utilizam? O que elas produzem em termos de resistência ou consonância ao discurso heteronormativo?

Para sistematizar este estudo, escolhi como primeiros sujeitos de pesquisa dois homens, autodenominados *gays*, na faixa etária de 30 a 40 anos. Ambos trabalharam até o ano de 2010 em uma escola particular da cidade de Pelotas/RS e atualmente são professores de instituições públicas (um em uma instituição de ensino médio e outro em uma de ensino superior). Eventualmente, suas histórias de vida são abordadas, e de acordo com a Resolução CNS/196, que normatiza a pesquisa com seres humanos, utilizo nomes fictícios para identificá-los: Tiago e Rafael.

Em um primeiro momento, estabeleci algumas questões abertas que versavam principalmente sobre as percepções dos sujeitos pesquisados sobre as relações entre sua sexualidade e suas histórias de vida, especialmente no ambiente escolar. Em decorrência das respostas a essas questões, elaborei um roteiro de entrevista semi-estruturada, com questões mais específicas, que visavam às estratégias utilizadas pela escola no sentido de educar para e através da heteronormatividade e também às táticas que os sujeitos não heterossexuais utilizam para viabilizar sua atuação profissional e convivência social no ambiente escolar. Pela dinâmica desses encontros, classifico essas entrevistas como reflexivas, ou seja, “um encontro interpessoal no qual é incluída a subjetividade dos protagonistas, podendo se constituir um momento de construção de um novo conhecimento, nos limites da representatividade da fala e na busca de uma horizontalidade nas relações de poder” (SZYMANSKI, 2002), uma vez que os sujeitos da pesquisa mostraram-se altamente implicados nas discussões e são profissionais que em sua trajetória acadêmica desenvolveram trabalhos que tangenciam questões de gênero e sexualidades. Além de suas vivências, suas análises sobre os assuntos tratados contribuíram significativamente para a elaboração deste trabalho.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise das entrevistas realizadas e dos referenciais teóricos utilizados, esta investigação vem confirmando que a instituição escolar educa, sobretudo, para e através da heteronormatividade. Há, em geral, um silenciamento no discurso oficial em relação às sexualidades não normativas. Os componentes do currículo que versam sobre as sexualidades tratam majoritariamente de questões reprodutivas e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, e, geralmente, referem-se a vivências heterossexuais, ficando outras formas de afetividade e sexualidade relegadas ao plano da tolerância.

Porém, se, por um lado, o discurso oficial negligencia as questões referentes às sexualidades - em especial, às sexualidades não normativas -, o discurso do cotidiano coloca em destaque essas sexualidades. Fala-se - e muito - de sexualidades não normativas na escola, mas são os *enunciados ilícitos* que se destacam, a forma pejorativa como são identificados os sujeitos não heterossexuais, em uma tentativa de normatização. A homofobia é a forma de discriminação mais frequente no ambiente escolar (ABRAMOVAY, 2009 e PERSEU ABRAMO, 2009). Pela estrutura dicotômica do pensamento moderno, a escola produz sexualidades legitimadas e não legitimadas, *corpos que importam* (nas palavras de Judith Butler, 2010) e *corpos que não importam*, que não têm importância - ou melhor, sua importância, a importância de sua existência se dá pelo caráter opositivo. Eles existem para fazer o contraponto ao padrão. Por isso, são menosprezados, são concebidos como exemplos do que não se deve ser ou desejar.

A fixação de identidades sexuais e de gênero a partir de modelos constituídos pela heteronormatividade tem relevância no processo de disciplinarização dos sujeitos. De acordo com Judith Butler (2010), o gênero é performativo. Assim, as normas para a conformação dos sujeitos em determinadas identidades são constantemente repetidas direta e/ou indiretamente, através da distinção e hierarquização de comportamentos como normais e/ou anormais, como adequados e/ou inadequados para determinada identidade.

A moral do professor está arraigada a sua sexualidade e a representação tradicional do docente aponta para um profissional heterossexual, como se uma sexualidade *desviante* fosse indício ou sinônimo de perversão e implicasse desrespeito a padrões de ética profissional. Os professores não heterossexuais calam a respeito de sua sexualidade, não confirmam nem negam que são gays.

A indefinição de uma identidade sexual produz instabilidade, insegurança. Nossa formação moderna nos induz a querer definir, categorizar tudo e todos, e o fazemos pela perspectiva heterorracional, que precisa delimitar as fronteiras da sexualidade para poder reafirmar a heteronormatividade. “A heterorracionalidade se utiliza do mesmo dualismo pautado por regras e exceções que deve orientar o pensamento: o normativo, o legalizado, o aceito, o natural, em oposição ao monstro, ao fora da lei, ao rejeitado, ao artificial” (SILVA e VIEIRA, 2009). Sem possibilidade de existência fora da matriz heterossexual, os sujeitos gays, adequam sua agência e ressignificam as normas como forma estratégica de sobrevivência.

Ambos os professores entrevistados percebem na escola a tentativa de categorização de identidade sexual por parte dos alunos, quando um professor deixa implícita sua homossexualidade, mas não a verbaliza. A impossibilidade de fixar uma identidade desestabiliza mais do que a certeza de que um professor é gay. A possibilidade de deslizar pelas fronteiras das sexualidades parece ser um dos pontos principais do conflito que se instala quando a norma se sente ameaçada pela proximidade do diferente.

Esses dois professores relatam que nunca foram questionados diretamente, acerca de sua sexualidade, mas que perceberam, principalmente por parte dos colegas e direção, um certo *nervosismo* ao falarem sobre sexualidades não normativas na sua presença. Quanto aos alunos, notaram, em alguns momentos, atitudes provocativas no sentido de buscar uma resposta a suas incertezas quanto à identidade sexual desses professores, mas nunca algo explícito.

A pesquisa na qual este trabalho está fundamentado ainda está em desenvolvimento. No próximo mês, serão realizadas entrevistas com a equipe diretiva da escola onde os sujeitos pesquisados atuaram até o ano de 2010, bem como com alguns ex-alunos e colegas seus. Acredito que a perspectiva desses próximos entrevistados trará elementos importantes para essa discussão.

#### 4. CONCLUSÕES

A escola educa para e através da heterossexualidade, utiliza dispositivos para esse fim. Mas admite a presença de professores não heterossexuais. Uma escola particular, católica, teve em seu quadro funcional, por vários anos, pelo menos três professores não heterossexuais (dois deles participam desta pesquisa). Sabendo-se do caráter conservador da instituição escolar, especialmente as ligadas a instituições religiosas, há que se pensar que há uma negociação aí. Arrisco dizer que a direção da escola, composta por empresários, apostou na competência profissional desses professores e na imagem pública que eles tinham (ambos eram já profissionais

reconhecidos em suas áreas de atuação), deixando a sua não heterossexualidade como um aspecto secundário, tolerável. Foram contratados e permaneceram na escola por sua competência, mas também porque aceitaram o acordo tácito de se comportarem de acordo com o esperado: como gays discretos. Silva (2008), elucida bem a diferenciação entre o que é mais ou menos tolerado na visão normativa das sexualidades, através da definição elaborada pelas estudantes entrevistadas em sua pesquisa: “*gay normal* é mais aceito pela sociedade [...] já a *bicha louca* seria rejeitada [...]” (SILVA, 2009). Há uma normatividade prescrita também para a homossexualidade, a qual é construída a partir de um pensamento heterorracional, em que os binarismos – legítimo/ilegítimo, certo/errado etc. – permanecem como reguladores de conduta, citando normas da matriz heterossexual. Cria-se, assim, uma referência, um padrão dentro do que seria uma transgressão.

Por mais que os professores não heterossexuais sigam aquele padrão de discrição, de quase dessexualização, as marcas de suas sexualidades estão impressas em seus corpos e desafiam a estabilidade da norma. Seu comportamento ambíguo, que ora confirma ora contradiz as expectativas de um ideal de professor construído pelo discurso heterorracional, põe em questão a normativa que associa a não heterossexualidade à anormalidade, ao desvio, ao incorreto. O não apegar-se a uma identidade fixa, no caso desses professores, pode funcionar como uma estratégia de mobilidade, que lhes permite interagir em um meio marcadamente heteronormativo como a escola e, ao mesmo tempo, chama a atenção para outras possibilidades de vivência que não a heterossexualidade.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, M. (coord.). **Revelando tramas, descobrindo segredos**: violência e convivência nas escolas. Brasília: RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009.
- BUTLER, J. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. 2 ed. Buenos Aires: Paidós, 2010.
- Perseu Abramo. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**: Intolerância e respeito às diferenças sexuais. Pesquisas de Opinião Pública. Publicado em 12/02/2009. Atualizado em 05/03/2009. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br>>. Acesso em: 03mar2012.
- LOURO, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- SILVA, A.; VIEIRA, J.S. Pelo sentido da vista: um olhar gay na escola. **Currículo sem Fronteiras**, on line, v.9, n.2, pp. 185-200, Jul/Dez 2009. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>. Acesso em: 20out2011.
- SILVA, A.F. **Pelo sentido da vista**: um olhar gay na escola. 2008. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas
- SZYMANSKI, Heolisa (Org.). *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília: Plano Editora, 2002.